

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAG/CE)

CARGO 5: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prova Discursiva P_4 – Situação-Problema

Aplicação: 21/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

O(A) candidato(a) deve inicialmente notar que o único critério estabelecido para o acesso aos recursos previstos para a ampliação e remodelação do programa é a realização de uma avaliação de impacto do projeto-piloto (substituição da modalidade do cartão bancário por *vouchers*) que seja metodologicamente robusta.

Isso significa que realizar o estudo de impacto de acordo com os princípios e métodos científicos estabelecidos para a adequada realização de avaliações de impacto levaria, automaticamente, ao acesso aos recursos previstos. Por outro lado, o(a) candidato(a) deve entender que a não realização de tal avaliação, ou a realização de uma avaliação sem a devida robustez metodológica, levaria, automaticamente, ao cancelamento do acesso aos recursos previstos para a ampliação e remodelação do programa.

O(A) candidato(a) deve, então, demonstrar conhecimentos básicos sobre os principais elementos e conceitos relacionados com avaliações de impacto. Um dos conceitos estruturantes da realização de avaliações de impacto é o contrafactual: representa o que teria acontecido para um beneficiário de dado programa na ausência de tal programa. Ou seja, qual seria o resultado atingido por um participante do programa sob avaliação se este não tivesse sido implementado. Por definição, o contrafactual não pode ser observado. Uma vez que um indivíduo é beneficiado por um programa, é impossível saber o que teria acontecido se ele não tivesse tido acesso ao programa em questão. A solução para esse problema é estimar o contrafactual por meio de um grupo de comparação. Assim, podem-se comparar os resultados de grupos de tratamento e controle, cuja diferença representa, em tese, o efeito da intervenção, o impacto atingido.

A operacionalização do contrafactual se dá por meio de um indicador de produto. No caso em questão, o indicador de produto, também chamado de dado de *input*, permitiria a criação de grupos de tratamento — domicílios com acesso ao projeto piloto do programa — e de controle — domicílios sem acesso ao projeto piloto do programa. A ausência de um indicador de produto resultaria na impossibilidade de criação de grupos de tratamento e controle, e isso impossibilitaria a realização de uma avaliação de impacto metodologicamente robusta, uma vez que nenhuma comparação seria possível. A inexistência do indicador de produto equivaleria a uma situação na qual se tenta estimar o efeito de uma medicação sem que se saiba quais pacientes foram medicados e quais não foram medicados.

O(A) candidato(a) deve mencionar outro elemento estruturante dos estudos de impacto com base no entendimento de que a avaliação de impacto deve ocorrer após a implementação do programa que será avaliado. A linha de base estipula um ponto de referência no momento anterior à implementação do programa. No caso em questão, a linha de base permite a medição da insegurança alimentar domiciliar, de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), no momento anterior a implementação do projeto-piloto do programa.

Para que a avaliação de impacto seja robusta e adequada, desde um ponto de vista metodológico, é necessária a realização de outra medição, chamada de linha final, a qual deve ser executada após a implementação do projeto-piloto. A comparação da medida posterior com os valores da linha de base permite estimar a variação observada de um mesmo indicador em dois pontos temporais distintos, antes e depois da implementação do projeto-piloto. A medição exclusiva da linha de base, portanto, não permite que seja estimado o impacto do programa. Por exemplo, no caso de um paciente com febre alta, medir a linha de base equivaleria a saber qual seria a febre do paciente ao chegar ao hospital. Para saber se o medicamento ministrado teve algum impacto no controle da febre, seria necessário medir a temperatura do paciente, novamente, algum tempo depois de ele tomar a medicação, para que ela possa fazer efeito.

O(A) candidato(a) deve reconhecer que a combinação desses dois elementos — uso de um indicador de produto para criar grupos de tratamento e controle do projeto-piloto do programa e medição anterior e posterior à implementação do projeto-piloto — permitiria, em tese, estimar o seu impacto, uma vez que seria possível medir a variação da insegurança alimentar em domicílios com acesso ao projeto-piloto e compará-la com a variação da insegurança alimentar em domicílios sem acesso ao projeto-piloto, sendo a diferença entre grupos e tratamento e controle atribuída ao efeito, ou impacto, do projeto-piloto do programa.

Pode haver variação na terminologia conceitual adotada. Por exemplo, termos consagrados como *baseline*, *endline*, linha de final, medição *ex-post*, comparação *ex-post*, grupos de comparação etc. podem ser utilizados. Mas o(a) candidato(a) deve demonstrar que entende que somente com a combinação da criação de grupos de tratamento e controle e a medição em dois momentos temporais distintos, antes e depois da implementação do programa, seria possível, teoricamente, a realização de uma avaliação de impacto metodologicamente robusta.

Por fim, tendo em consideração que o único critério para o acesso aos recursos da ampliação e remodelação do programa é realizar uma avaliação de impacto metodologicamente robusta, o(a) candidato(a) deve recomendar que o investimento seja feito na coleta de dados do indicador de produto e na medição de linha final, após a implementação do

projeto-piloto. A opção pelo investimento na aquisição de veículos, no montante de 10% do orçamento, independentemente do custo-benefício que tais veículos possam trazer para a implementação do programa, não deve ser recomendada, porque significaria não ter acesso a nenhum recurso, uma vez que ficaria inviabilizada a realização da avaliação de impacto metodologicamente robusta.

Ressalta-se que os dois principais elementos propostos para o padrão de resposta se relacionam com as duas principais premissas metodológicas de realização de avaliações de impacto. A premissa *ex post* estabelece que a avaliação deve ser posterior ao objeto de avaliação, e a premissa do contrafactual estabelece que a comparação entre tratamento e controle permite estimar o que teria acontecido com o participante de um programa na ausência deste.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não defendeu a necessidade de coleta de dados sobre indicador de produto (*input*).

Conceito 1 – Defendeu a necessidade de coleta de dados sobre indicador de produto (*input*), sem relacionar com a avaliação de impacto.

Conceito 2 – Defendeu a necessidade de coleta de dados sobre indicador de produto (*input*), explicando sua relação com a avaliação de impacto, porém não tratou do conceito/premissa de contrafactual.

Conceito 3 – Defendeu a necessidade de coleta de dados sobre indicador de produto (*input*), explicando sua relação com a avaliação de impacto, e mencionou corretamente o conceito/premissa de contrafactual.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não defendeu a necessidade de coleta de dados em linha final.

Conceito 1 – Defendeu a necessidade de coleta de dados em linha final, sem relacionar com a avaliação de impacto.

Conceito 2 – Defendeu a necessidade de coleta de dados em linha final, explicando sua relação com a avaliação de impacto, porém não mencionou que a avaliação deve ser posterior à implantação do objeto avaliado.

Conceito 3 – Defendeu a necessidade de coleta de dados em linha final, explicando sua relação com a avaliação de impacto, e mencionou a premissa de que a avaliação deve ser posterior à implantação do objeto avaliado.

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não respondeu ou defendeu que o melhor investimento seria na aquisição dos veículos.

Conceito 1 – Defendeu o investimento somente na coleta de dados sobre indicador de produto ou somente na coleta de dados em linha final.

Conceito 2 – Defendeu o investimento na coleta de dados sobre indicador de produto e, ao mesmo tempo, na coleta de dados em linha final.

Conceito 3 – Defendeu o investimento na coleta de dados sobre indicador de produto e, ao mesmo tempo, na coleta de dados em linha final, explicando que, sem tal investimento, os recursos para a ampliação do projeto não estariam disponíveis, logo, nem a aquisição dos veículos seria possível.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAG/CE)

CARGO 5: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prova Discursiva P_4 – Questão 1

Aplicação: 21/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

As políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelas diferentes esferas de governo (União, estados e municípios), com a participação direta ou indireta da população, de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. São mecanismos de controle governamental para atender a sociedade, com a implantação de benefícios ou direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Representam meios que permitem o atendimento das demandas nacionais, regionais ou locais satisfatoriamente, alavancando o bem-estar da população e o desenvolvimento de uma região.

O plano plurianual (PPA) permite planejar, para os próximos anos, as políticas públicas que atenderão a população, com a previsão de arrecadação e despesa, necessitando, também, do detalhamento dos mecanismos de monitoramento e avaliação ao longo do tempo.

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) é o dispositivo que permite estabelecer as regras para a elaboração da lei orçamentária anual (LOA) do ano seguinte, determinando o nível de equilíbrio geral entre receitas e despesas para as políticas públicas.

A lei orçamentária anual (LOA) é o mecanismo de estimar ou prever as receitas e fixar as despesas do governo para o ano seguinte, indicando quanto será aplicado em cada área ou política pública e de onde virão os recursos.

A participação cidadã é uma estratégia de fortalecimento da interação entre atores sociais e o governo, a partir da abertura para a participação da população, com as audiências públicas amplamente divulgadas, para aprimorar a gestão participativa na formulação das políticas públicas. As ideias e propostas de políticas públicas a partir das audiências públicas necessitam principalmente de filtros e avaliações sociais e econômicas por parte do governo, para a decisão sobre sua implementação ou não.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não abordou a definição de políticas públicas.

Conceito 1 – Definiu políticas públicas de forma genérica e superficial.

Conceito 2 – Definiu políticas públicas de forma mediana, cometendo algum equívoco conceitual.

Conceito 3 – Definiu políticas públicas de forma adequada e totalmente correta.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não abordou ao quesito ou o fez de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Limitou-se a mencionar, de forma genérica e superficial, a importância dos instrumentos citados (PPA, LDO e LOA) para o planejamento e monitoramento de políticas públicas, sem desenvolvê-los de forma individualizada.

Conceito 2 – Discorreu, corretamente, sobre apenas um dos instrumentos.

Conceito 3 – Discorreu, corretamente, sobre apenas dois dos instrumentos; ou discorreu sobre os três instrumentos, mas de forma desconectada do assunto planejamento e monitoramento de políticas públicas.

Conceito 4 – Discorreu, corretamente, sobre os três instrumentos, relacionando-os ao planejamento e monitoramento de políticas públicas.

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não abordou ao quesito ou o fez de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Mencionou o quesito, de forma genérica e superficial, sem desenvolvê-lo.

Conceito 2 – Desenvolveu o quesito de forma mediana, cometendo algum equívoco conceitual, ou de forma desconectada dos demais aspectos.

Conceito 3 – Desenvolveu o quesito de forma adequada e totalmente correta, relacionando-o aos demais aspectos.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAG/CE)

CARGO 5: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prova Discursiva P₄ – Questão 2

Aplicação: 21/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

A concessão comum de serviços públicos, regida pela Lei n.º 8.987/1995, tem por **(i)** objeto apenas a prestação de serviços públicos (art. 2.º, II e III). **(ii)** Nesse modelo, a remuneração da empresa concessionária é feita por meio do pagamento de tarifa e outras fontes de receita, não havendo contraprestação obrigatória por parte do poder público (art. 9.º, *caput*). **(iii)** O risco do empreendimento é assumido apenas pelo concessionário (art. 2.º, II e III). Quanto ao contrato, **(iv)** não há previsão legal de valor mínimo para a concessão comum, **(v)** tampouco de prazos contratuais.

Por outro lado, a parceria público-privada é disciplinada pela Lei n.º 11.079/2005 e seu **(vi)** objeto pode ser não só a prestação de serviço público, mas também a prestação de serviços administrativos (art. 2.º, §1.º e §2.º). **(vii)** Aqui a contraprestação do parceiro público ao privado é obrigatória, ao lado de outras possíveis receitas, como a tarifa (art. 2.º, §1.º e §2.º). **(viii)** Haverá a repartição de riscos entre os parceiros públicos e privados (art. 5.º, III). **(ix)** O valor mínimo para a contratação sob a forma de parceria público-privada é de R\$ 10 milhões (art. 2.º, §4.º, I) e **(x)** os prazos contratuais são de 5 anos, no mínimo, e de 35 anos, no máximo.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

- Conceito 0 – Não abordou corretamente nenhum dos tópicos **(i)** a **(v)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos tópicos **(i)** a **(v)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos tópicos **(i)** a **(v)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos tópicos **(i)** a **(v)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos tópicos **(i)** a **(v)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 5 – Abordou corretamente todos os tópicos **(i)** a **(v)**.

QUESITO 2.2

- Conceito 0 – Não respondeu ou não abordou nenhum dos tópicos **(vi)** a **(x)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos tópicos **(vi)** a **(x)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos tópicos **(vi)** a **(x)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos tópicos **(vi)** a **(x)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos tópicos **(vi)** a **(x)** apresentados no padrão de resposta.
- Conceito 5 – Abordou corretamente todos os tópicos **(vi)** a **(x)**.